



... O estado de exceção apresenta-se como a forma legal daquilo que não pode ter forma legal.

(Giorgio Agamben in Homo Sacer II,I)

Este volume de Retratos de Assentamentos propõe uma reflexão sobre a questão ambiental em assentamentos na conjuntura atual e vem à luz em meio a situações contraditórias e em um momento crucial. Temos, como sempre, a grande satisfação de mais uma vez contribuir com o esforço para a divulgação de resultados científicos e denúncias da parte de pesquisadores e pesquisadoras que se debruçam sobre o rural e nos confiam suas produções.

Por outro lado, nos assalta grande perplexidade com as medidas assustadoras que brotam como ameaças e se concretizam em ações, a partir da extrema direita no poder, ainda sem devidas reações de uma sociedade dividida. Tais medidas podem inviabilizar, não só as atividades acadêmicas, como a realização do destino histórico positivo que chegamos a vislumbrar para nosso país em anos recentes. Essa dramática guinada à direita ameaça, não só o Brasil, como a América Latina e o mundo, de modo geral.

A formação de um Império mundial tem sido denunciada por intelectuais de diferentes áreas científicas que observam e analisam o avanço das corporações internacionais. Interesses privados vão financiando a quebra da soberania em diferentes países – essa a principal característica da geopolítica em tempos de neoliberalismo. Na América Latina, de modo geral, a violação da soberania tem se realizado sem necessidade de frotas dos Estados Unidos que, no século passado, costumavam ancorar em mares próximos. E sem mercenários, bombardeios ou assassinatos executados por drones. Avessos a governos de esquerda, segmentos relevantes desses países sob assalto aplaudem golpes e patrocinam campanhas eleitorais, financiando mecanismos não democráticos que afetam as decisões sobre a vida social, como a disseminação de fake news.

No caso brasileiro, o golpe de 2016 e a inusitada eleição de 2018 resultaram em quadro adverso e mais assustador do que se esperava. Um verdadeiro estado de exceção vai se delineando, à medida que são guindados ao governo – e cada vez mais – representantes do anti-intelectualismo, para não dizer “neo-obscurantismo”. Um ministro da Educação que pretende privatizar a educação infantil!? Um ministro

da Economia que envergonha o país em Davos, atribuindo a culpa do aquecimento global aos pobres, culpados da devastação ambiental porque comem!? Um secretário especial da Cultura que despidoradamente imita Goebbels!? Enfim, um governo que ameaça acabar com parte dos planos de carreira de professores e servidores em todos os níveis da administração pública.

Aos que se importam com o bem público, vem preocupando uma ofensiva contra tudo o que se refere às questões socioambientais. Da negação das mudanças climáticas aos discursos de ódio contra indígenas e demais povos tradicionais e movimentos sociais do campo, temos vivenciado tempos de retrocesso nas políticas e programas de conservação da natureza, de proteção dos direitos humanos e do próprio direito ao desenvolvimento. Exemplo concreto foi a intervenção nos projetos em andamento, financiados pelo Fundo Amazônia, através do BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). A despeito dos protestos dos próprios financiadores que garantiram a idoneidade da aplicação do Fundo, especialmente por parte das organizações da sociedade civil da Amazônia, os projetos foram bloqueados e o próprio BNDS investigado, sem comprovação de ilícito.

Muitas vezes temos a impressão de estarmos voltando no tempo, revivendo tempos sombrios do passado em um tempo presente, que pode nos roubar o futuro.

Fatos da conjuntura recente, como o aumento das taxas de desmatamento da floresta amazônica, após uma década de redução e controle, e ameaças àqueles que entendemos ser os que conservam a floresta, são desafios preocupantes. Porém, as mobilizações a favor da questão socioambiental, como chave para um mundo melhor e de paz, animam sociedades em todo o globo. O respeito à natureza e às diferenças sociais são bandeiras defendidas como valores éticos fundamentais à humanidade, a despeito dos atuais desafios.

Lembrar a questão ambiental é lembrar o rural, e lembrar o rural é lembrar a produção de alimentos. O campo da produção de alimentos é também patrimônio essencial da agricultura familiar nos assentamentos, em que pese o avanço do agronegócio sobre os territórios da reforma agrária. Vinculada à expansão do agronegócio, a criminoso liberação do uso de agrotóxicos sobre o solo do qual brota nossa comida talvez seja a medida mais assustadora do atual governo. Marcada pela necropolítica, a decisão pela produção de alimentos envenenados por agrotóxicos foi tomada após a posse de Bolsonaro de imediato. Outra característica foi a sanção de lei que permite posse de arma em toda a extensão de propriedade rural, extrapolando-se da situação de defesa pessoal ou do domicílio. O que se podia esperar de uma campanha baseada na simbologia do porte de armas?

A partir dessa necropolítica pergunta-se (e resiste-se): o que vai acontecer com nossas tímidas iniciativas em busca da reforma agrária? Qual o destino dos assentamentos rurais? E a questão da Amazônia, como se coloca? Por onde podem caminhar as

possibilidades de desenvolvimento e uma questão ambiental mais equilibrada? O presente volume pretende passar em revista diferentes dimensões territoriais, de gênero, da agroecologia e de modelos diferenciados de assentamentos e comunidades sob vários olhares e diferentes matizes teóricas.

A Amazônia tem lugar central neste Retratos, porém não nos mesmos termos que vem tendo na mídia e nos bastidores da política, mas pelo viés de estudos que têm valorizado a vida cotidiana e a construção do modo de vida das populações que vivem nos campos e nas florestas. Sem desconsiderar a correlação de forças políticas e econômicas que paira sobre a floresta, mas trazendo à tona diferentes dimensões de estudos sobre governança e experiências de assentamentos que muitas vezes nem são citadas nos noticiários e/ou tratadas na política tradicional.

Em que pese todo o contexto adverso estabelecido pelo atual governo federal, os retratos obtidos a partir dos assentamentos, através dos artigos, mostram que camponeses sob diversas designações continuam suas lutas.

O primeiro artigo introduz as implicações da governança local para a gestão socioambiental de assentamentos na Amazônia e, a partir daí, tanto os conflitos com agentes externos, quanto a difícil relação com órgãos públicos vão mostrar uma difícil articulação entre esferas locais e estaduais, bem como a politização da gestão ambiental que raramente entra nas discussões dos órgãos de Estado, quando eles se referem à gestão dos territórios. No atual estado de exceção, nunca é reconhecida a importância das novas formas de gestão que vêm emergindo e que dão voz aos interessados, a despeito dos obstáculos políticos e institucionais que enfrentam. Frente a esses entraves, os dois artigos subsequentes estudam os limites e potencialidades de modalidades diferenciadas de assentamentos, como os PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) e projetos de assentamento agroextrativista, para comunidades tradicionais. Embora tenham tido origem na realidade amazônica, foram também adotados em outros Estados, porém, não são prioridade da política de assentamentos para o uso e a ocupação dos territórios. Os novos modelos de assentamentos e novos modelos de gestão desses assentamentos esbarram na pouca vontade política do Estado brasileiro, que prioriza os grandes empreendimentos agropecuários e mineradores.

Nesta mesma linha, um artigo discute as possibilidades de assentamentos ambientalmente diferenciados, concluindo que apesar da proposta inovadora e sustentável, o modelo ainda não se concretiza com frequência nos sistemas produtivos destes assentamentos. Portanto, o Estado se abre para uma retórica de diferenciação voltada à conservação, mas não permite ou dá acesso a estratégias de ação que possam efetivamente consolidar formas de gestão ambiental nos projetos de assentamentos.

Outro artigo trabalha, por meio de entrevistas, os resultados de uma parceria entre empresas públicas e privadas, indicando como estratégias de ação a observação das perspectivas dos agricultores familiares e a aplicação da gestão ambiental com ênfase

na sustentabilidade ecológica e social. Trata-se de uma nova perspectiva? Talvez, em tempos de escassez de ação do Estado, possa ser a única ação a dinamizar este campo do desenvolvimento.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e outros movimentos sociais têm respondido a este impasse, nos planos práticos e teóricos, por meio da construção de novos sujeitos e estratégias de desenvolvimento baseadas na agroecologia. Existem efetivamente elementos de mudança do modelo de produção convencional para a proposta agroecológica nos assentamentos rurais? As ideias da agroecologia são uma utopia ou são efetivamente um potencial de transformação dos assentamentos?

Este periódico tem se debruçado sobre a questão e divulgado inúmeros estudos pelo Brasil mostrando que, se a agroecologia não se transformou no padrão produtivo agropecuário predominante ou hegemônico nos assentamentos, por razões óbvias da história social brasileira fundada sobre os latifúndios, há várias experiências demonstrando sua expansão nos roçados, em territórios pelo Brasil e no mundo afora. No entanto, entendemos que tais experiências estão, permanentemente, sujeitas a descontinuidades e desafios por conta da mesma questão política – por sair da agenda política em determinadas conjunturas, como a atual – assim como ocorre com a conservação da Amazônia. Esta não é, efetivamente, uma questão fechada, nem no plano acadêmico, nem em sua realização prática. Portanto, nosso periódico tem como compromisso divulgar continuamente tais experiências.

Os últimos dois artigos do dossiê discutem situações no Estado de São Paulo, em diferentes perspectivas. O primeiro, por meio de imagens obtidas por geoprocessamento, aponta novos caminhos para se comprovar os efeitos positivos ou não das políticas de assentamentos, indicando riscos e potencialidades ambientais e sugerindo uma melhoria da qualidade florestal dos assentamentos, por meio de um planejamento com base nessas tecnologias. Por outro lado, um assentamento PDS localizado em Americana/SP mostra que possíveis arranjos para o desenvolvimento sustentável podem ocorrer no âmbito local, apesar do drástico efeito do desmantelamento dos programas de compras públicas nos assentamentos, a partir de experiências de comercialização estimuladas pela universidade.

Além do dossiê, o volume traz outros sete artigos que são do fluxo contínuo da revista e, mais uma vez, a agroecologia aparece com destaque nas prioridades de pesquisadores e pesquisadoras. Isso porque a agroecologia tem surgido como proposta de desenvolvimento rural nos assentamentos já em suas fases iniciais de implantação, como no caso relatado no pré-assentamento Resistência Camponesa, no Paraná. Bem na linha da melhoria da segurança alimentar das famílias e nas suas primeiras trocas de experiências, o modelo agroecológico surge como esperança desde a fase inicial do assentamento.

No entanto, a história dos assentamentos é sempre atravessada pela conflituosa

relação com os agronegócios dos territórios onde se encontram. Assim, as estratégias de resistência e reprodução de uma agricultura sustentável enfrentam constrangimentos impostos por um modelo convencional ainda muito materializado no entorno e no interior dos assentamentos. Apesar disso, em assentamentos em Minas Gerais, situados em pleno território do agronegócio do café, um projeto agroecológico vem ganhando força e produzindo frutos através da mediação de cooperativas camponesas e da comercialização em feiras. Tais estudos valorizam nossa reflexão de que a opção pela agroecologia está no campo das possibilidades da agricultura familiar.

Em uma linha metodológica diferenciada, analisa-se que propriedades limítrofes ao Parque Estadual do Turvo apresentam estratégias de reprodução econômica consideradas viáveis a partir da valorização dos atores da agricultura familiar e da história de ocupação deste território.

Desafios é que não faltam na trajetória editorial deste periódico. Temas frequentemente negligenciados, como o saneamento básico e a percepção ambiental de assentados rurais, são retratados em um estudo de caso em Ilha Solteira/SP a partir de um abordagem quali-quantitativa e da identificação dos problemas encontrados na gestão dos resíduos. Perspectiva de um programa de educação ambiental e da melhora na infraestrutura dos assentamentos com relação à qualidade da água e destinação de resíduos são desafios permanentes para seu desenvolvimento. Em outro estudo, a consistente tradição de conservação de sementes crioulas se apresentou como perspectiva para os assentamentos resgatarem a agrobiodiversidade dos sistemas produtivos.

Nessa mesma perspectiva, mulheres assentadas portadoras de saberes agroecológicos exercem um papel fundamental no processo de conservação ambiental. Assim como os guardiões das sementes, elas se apresentam como portadoras de saberes e práticas, resgatadas pelo conhecimento tradicional e ressignificadas pelo conhecimento científico.

Entre a dura realidade que vem frustrando sonhos e expectativas, que impõe retrocessos para a melhor qualidade de vida e ambiental, no campo e na cidade, para camponeses, trabalhadores e a sociedade em geral, este volume de Retratos reafirma o comprometimento com valores éticos e em defesa de ideais de sustentabilidade e da resistência.

Os estudos aqui apresentados são exemplos incontestáveis das possibilidades de ressignificação dos assentamentos e de um rural mais plural e sustentável, que alimenta a vida e as nossas esperanças. Apesar dos desafios atualmente vividos, o próprio fato de existirem expressa essa resistência nos assentamentos.

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker
Henrique Carmona Duval

Noemi Sakiara Miyasaka Porro (Editora convidada deste volume)